

TCU constata fraude em faturas do Santa Lúcia

Netto Costa

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem determinar à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Saúde que apure as cobranças indevidas feitas pelo Hospital Santa Lúcia ao Sistema Único de Saúde (SUS). O TCU instaurou Tomada de Contas Especial para quantificar, "na medida e profundidade necessárias, as perdas causadas ao SUS", disse o ministro-relator Marcos Vinícios Vilça. Auditores do TCU constatarem a cobrança de órteses, próteses e materiais especiais (OPM) não utilizados pelo Santa Lúcia e cobrados ao SUS.

O Hospital Santa Lúcia — localizado na 716 Sul, no Centro Médico de Brasília — foi a instituição de saúde, do setor privado, selecionada para verificação dos procedimentos adotados na prestação de contas ao

SUS. A equipe de inspeção destacada constatou que, no mês de fevereiro, o hospital faturou 66 Autorizações para Internação Hospitalar (AIH) com valor médio de 679 dólares, bem superior à média do DF, que é de 168 dólares.

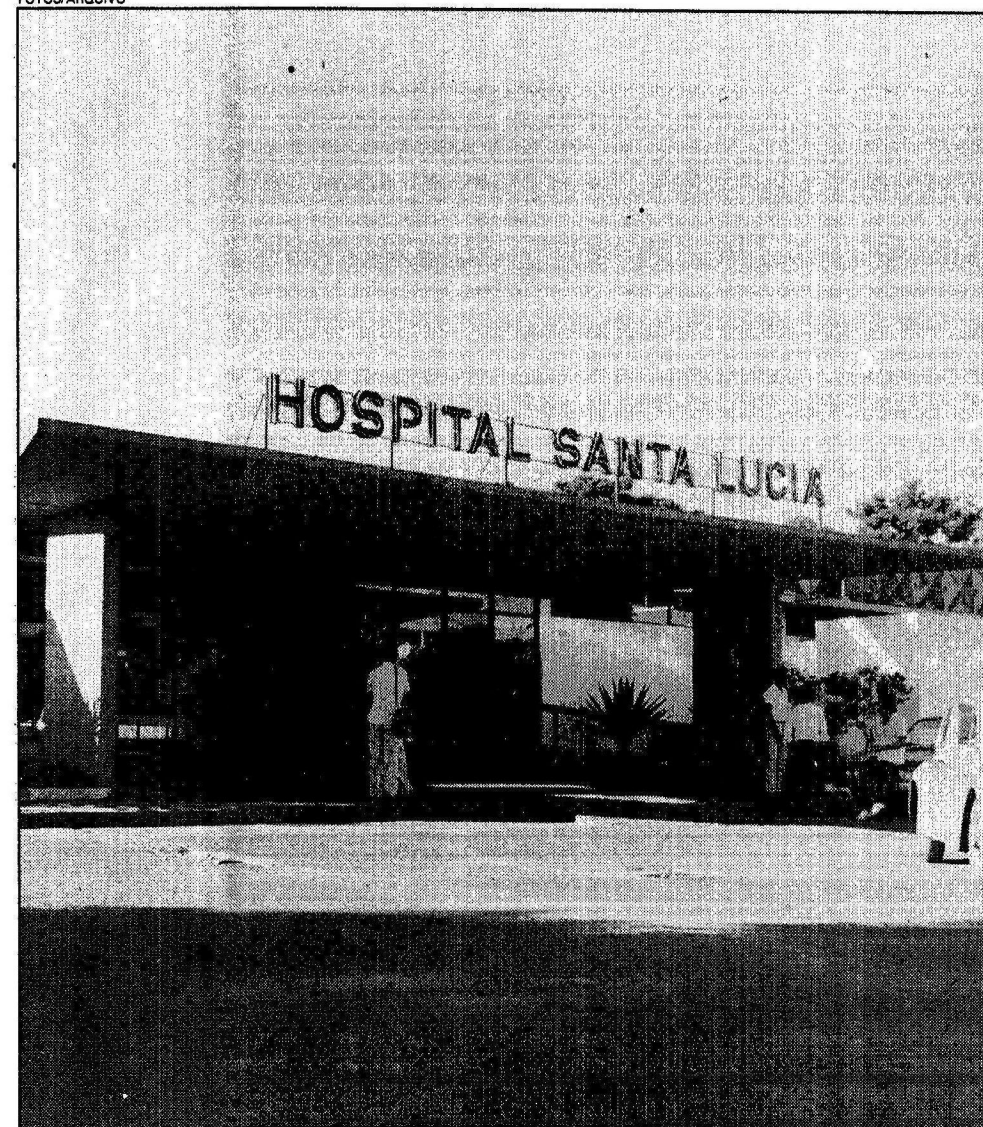
Amostra — No item Irregularidades do Relatório de Inspeção Extraordinária, os inspetores citam que das 66 AIH pagas pelo SUS ao Hospital Santa Lúcia em fevereiro deste ano, foram selecionadas aleatoriamente 12 AIH e prontuários para verificação, perfazendo uma amostra de 18 por cento. A partir do exame em conjunto das AIH/prontuários e do Relatório Comparativo entre Procedimento Solicitado/Realizado e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), de fevereiro, emitido pela Datasus, a equipe de inspeção constatou que 75 por cento da amostra (nove AIH) apresentaram co-

brança de OPM que não foram efetivamente utilizados nas cirurgias.

Em seu voto, aprovado por unanimidade pelo Tribunal Pleno do TCU, o ministro-relator Marcos Vinícios Vilça ressalta que a amostragem se refere a apenas um mês.

Segundo Marcos Vilça a manipulação de AIH ocorre com maior frequência no setor privado. A seu ver dois aspectos, "dentre outros", sobressaem como fatores que induzem a práticas irregulares: a ausência de controle, pois a Secretaria de Saúde do DF, gestora do SUS, não possui em sua estrutura órgão que efetivamente exerça as atividades de controle, avaliação e fiscalização da qualidade dos serviços públicos e privados de assistência à saúde; e a possibilidade de obtenção de lucros fáceis, como decorrência da própria ausência de instrumentos de controle.

FOTOS/ARQUIVO



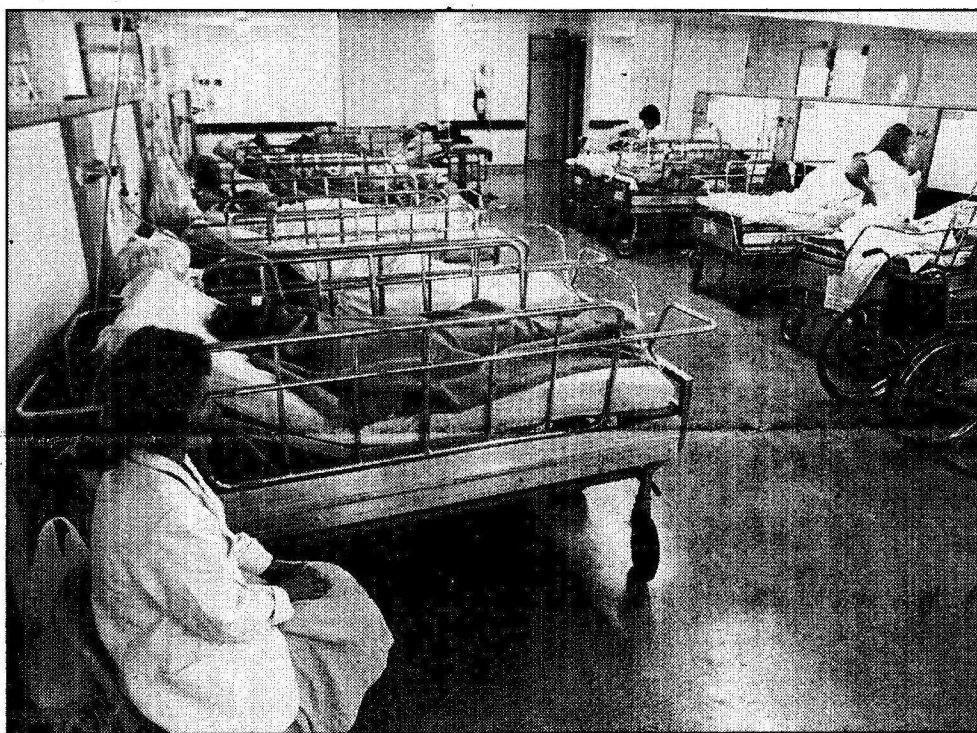
O Santa Lúcia é o único hospital privado credenciado pelo SUS na área cardiovascular

Hospital apura possíveis erros

O coordenador administrativo do Hospital Santa Lúcia, André Luiz Climaco, disse que desde o início da inspeção extraordinária realizada por auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), "o hospital vem fazendo, paralelamente, uma sindicância interna para apurar prováveis erros e equívocos". André Luiz admitiu as irregularidades constatadas pela inspeção do TCU: "Estamos seguindo à risca as determinações do Ministério da Saúde para que o fato não se repita".

O Santa Lúcia é o único hospital do setor privado credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal para a realização de cirurgias cardiovasculares. "Uma cirurgia desse tipo não sai por menos do que CR\$ 1,5 milhão, valor praticamente inviável para a clientela que recorre ao SUS para tratamentos cardíacos", disse André Luiz Climaco. Ele acha importante que o Hospital Santa Lúcia mantenha o convênio como o Sistema Único de Saúde como forma de ajudar o setor público de saúde no atendimento dos pacientes. Os hospitais contratados que atuam em complementação à rede pública recebem pacientes previamente autorizados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Correção — "Queremos corrigir os erros com a orientação do SUS mas podemos garantir que não houve a intenção de lesar o Sistema Único de Saúde, pois isso seria a mesma coisa que lesar a nós mesmos", disse André Luis Climaco, lembrando que todos contribuem para a assistência médica à população. O coordenador administrativo do Santa Lúcia disse que a sindicância interna será concluída em outubro.



Alguns hospitais do DF cobram até quatro vezes menos pelo mesmo atendimento



O HFA, contratado pelo SUS, opera com capacidade reduzida exceto no ambulatório

Pacientes de fora oneram FHDF

Segundo o relatório de Inspeção Extraordinária realizada pelo Tribunal de Contas da União no SUS/DF, 80 por cento dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde remuneraram os serviços da Fundação Hospitalar (FHDF). "Comparativamente às outras unidades da Federação, a situação do SUS no Distrito Federal é considerada satisfatória".

O documento diagnostica que a FHDF opera, "sistematicamente", com dificuldade financeira, principalmente em razão do grande afluxo de pacientes de outros estados e também em virtude dos baixos valores fixados pela tabela do extinto Inamps. Apesar de a folha de pagamento ser coberta pela União e as despesas de alimentação, vigilância e de limpeza serem de responsabilidade do Governo do Distrito Federal, as dificuldades financeiras aumen-

tam pela inexistência de mecanismo de compensação que remunere o DF pelo atendimento de pacientes de outros estados.

O TCU decidiu também determinar à Secretaria de Saúde e à FHDF que apresentem, em 30 dias, a Prestação de Contas do Convênio nº 01/91, sobre a implantação do SUS, e, também, do convênio firmado através da Portaria nº 7.924, de 31 de dezembro de 1992, relativo à aquisição de um equipamento de tomografia computadorizada. O tribunal quer ainda que a Secretaria de Saúde justifique a ausência em sua estrutura de setor que exerça as atividades de controle, avaliação e fiscalização dos serviços de saúde. A decisão do TCU recomenda ao Ministério da Saúde que compense o DF pelo atendimento de pacientes de outros estados.